

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

**Relatório dos Auditores Independentes
Demonstrações Financeiras
do Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2018**

AUD-0081,18-25042019-R

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras do Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo	Página
Relatório dos auditores independentes	3
 Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações de resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“TPAE” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“TPAE”) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

1. Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção aos saldos e transações com partes relacionadas mencionadas na Nota Explicativa nº 7. A Companhia possui relações e transações relevantes com quotistas, representadas substancialmente por operações de mútuo e adiantamentos para a prestação de serviço de obras civis a serem prestadas, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia. Desta forma, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizados com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Renovação e/ou contratação de seguros

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a Companhia não possuía seguros vigentes para riscos operacionais, riscos nomeados para o empreendimento e lucros cessantes para cobrir eventuais sinistros, danos morais e/ou materiais. Em virtude da ausência da cobertura de seguros, caso ocorressem sinistros ou danos relevantes ao empreendimento ou a operação, seriam necessários desembolsos financeiros que poderão impactar nos fluxos de caixa da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

3. Descumprimento de cláusulas contratuais de financiamentos

Chamamos a atenção quanto ao descumprimento de cláusulas restritivas “covenants” mencionadas na Nota Explicativa nº 9.3 às demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não atingiu os indicadores financeiros determinados no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), e como não obteve a anuência quanto ao descumprimento reclassificou o montante de R\$ 14.614 mil para o passivo circulante, pois o credor tem o direito de requerer o vencimento antecipado da dívida. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

4. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o capital circulante líquido negativo findo naquela data, nos montantes de R\$ 54.816 mil. A Administração da Companhia está empenhada no sentido de reverter a situação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios considerando o cumprimento de suas obrigações e realização de ativos ou a manutenção do suporte financeiro de seus acionistas e credores, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

5. Adoção do CPC 47 (IFRS 15)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção inicial do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*), onde os saldos de abertura relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram ajustados, com o reconhecimento de ativo contratual (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$ 85.163 mil e ajuste aos prejuízos acumulados no montante de R\$ 6.121 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

6. Reestruturação administrativa

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve sobre a reestruturação administrativa da Companhia, ocorrida após 31 de dezembro de 2018, e cujo registro ainda não foi homologado pela respectiva Junta Comercial, com a finalidade de autenticidade, segurança e eficácia dos atos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. O resultado de nossos procedimentos, incluindo aqueles para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1. Mensuração do ativo contratual

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

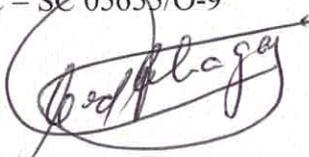
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2018

ADVISER Sul Auditores Independentes
CRC – SC 05655/O-9



Paulo Cesar Domingues Chagas

Sócio

Contador – CRC – 01 SP 132.722/O-2

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 2018 e 2017

(em Milhares de Reais)

Ativo		31/12/18	31/12/17
Circulante		9.421	14.347
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.234	2.506
Ativo de concessão	5	1.764	-
Ativo financeiro	5	-	3.536
Contas a receber - concessionárias	6	857	7.881
Demais contas a receber		566	424
Não circulante		83.505	73.537
Depósito Judicial		-	27
Partes relacionadas	7	106	134
Ativo de concessão	5	83.399	-
Ativo financeiro		-	73.376
Total do ativo		92.926	87.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.**Balancos Patrimoniais****Exercícios findos em 2018 e 2017**

(em Milhares de Reais)

		<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Passivo e patrimônio líquido		64.237	69.514
Circulante		11	29
Fornecedores		1.374	548
Obrigações tributárias	8	295	195
Obrigações estimadas		17.000	18.788
Empréstimos e financiamentos	9	45.534	49.936
Partes relacionadas	7	23	18
Demais contas a pagar			
		12.563	4.703
Não circulante		612	998
Obrigações tributárias	8	11.951	3.705
Tributos diferidos	11		
		16.126	13.667
Patrimônio líquido		20.350	20.350
Capital social	10	(4.224)	(6.683)
Prejuízos acumulados			
		92.926	87.884
Total do passivo e patrimônio líquido		92.926	87.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A**Demonstrações de Resultado****Exercícios findos em 2018 e 2017****(em Milhares de Reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	12	10.305	8.031
Custo operacionais	13	(414)	(136)
Lucro bruto		9.891	7.895
Receitas (despesas) operacionais		(733)	(617)
Despesas gerais e administrativas		(515)	(640)
Despesas tributárias		(229)	-
Outras despesas/receitas		11	23
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		9.158	7.278
Resultado financeiro líquido	14	(4.574)	(9.896)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		4.584	(2.618)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.091)	171
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		3.493	(2.447)
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício por ação (em R\$)		0,1716	(0,1202)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A

Demonstrações de Resultado Abrangentes

Exercícios findos em 2018 e 2017

(em Milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado do exercício	3.493	(2.447)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes - atribuível aos acionistas	<u>3.493</u>	<u>(2.447)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 2018 e 2017

(em Milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20.350	(4.236)	16.114
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.447)	(2.447)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	20.350	(6.683)	13.667
Mudança política contábil	-	(1.034)	(1.034)
Lucro líquido do exercício	-	3.493	3.493
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.350	(4.224)	16.126

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixas

Exercícios findos em 2018 e 2017

(em Milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	3.493	(2.447)
<i>Ajustes para reconciliar o lucro líquido/ (prejuízo) do exercício ao caixa utilizado nas atividades operacionais:</i>		
Amortização do ativo financeiro	-	20.650
Amortização do ativo de concessão	8.458	-
Receita com ativo financeiro	-	(6.506)
Receita de remuneração do ativo de concessão	(9.144)	-
Receita de operação e manutenção	(1.444)	(3.420)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	2.051	1.816
Fiança bancária	531	
Juros e IOF apropriados sobre mútuos	1.916	1.611
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.091	(171)
	<u>6.952</u>	<u>11.533</u>
(Aumento) /redução nos ativos		
Demais contas a receber	6.882	(7.009)
Depósitos Judiciais	27	(27)
Aumento/ (redução) nos passivos		
Fornecedores	(18)	(21)
Impostos e contribuições	826	37
Tributos diferidos	-	-
Demais contas a pagar	(281)	(412)
	<u>14.388</u>	<u>4.101</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Terceiros		
Empréstimos e financiamentos captados e pagos (líquido)	(4.370)	(1.449)
Partes relacionadas	(6.290)	(1.559)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(10.660)</u>	<u>(3.008)</u>
	<u>3.728</u>	<u>1.093</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração da variação do caixa líquido		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.506	1.413
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.234	2.506
	<u>3.728</u>	<u>1.093</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TPAE”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657.

A Companhia tem como acionistas as empresas ProCable Energia e Telecomunicações S/A e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE - GT), que tem por principais responsabilidades pela concessão:

- ProCable: implantação do empreendimento, gerenciando todas as atividades de compras e contratações e a elaboração dos projetos;
- CEEE-GT: licenciamentos ambientais, fiscalização da obra e a operação e manutenção do empreendimento.

Em conjunto, pelo aporte de recursos para a implantação do projeto por meio da contratação de financiamentos e aporte de capital.

O principal objetivo da Companhia é melhorar e reforçar o sistema de transmissão e distribuição de energia no Município de Porto Alegre - RS.

Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

O investimento total foi de aproximadamente R\$ 75 milhões com uma receita anual líquida da RAP e garantida de R\$ 7.293, conforme estabelecido na resolução homologatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1.918, de 23 junho de 2015, que é uma receita garantida por Contratos pela ANEEL e pelo ONS por meio dos quais todos os usuários (em torno de 220 empresas) do Sistema Integrado Nacional (SIN) farão pagamentos mensais para a TP AE. O valor da RAP é corrigido anualmente no mês de julho de cada ano pela variação do IPCA.

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, apesar de atrasos, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

Em razão de sua situação deficitária com capital circulante líquido negativo e prejuízo ao longo dos anos anteriores, a Administração da Companhia está empenhada na equalização no equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão no curto e médio prazo, de tal forma a ter capacidade financeira de conseguir manter suas operações. Estes planos incluem, dentre outros, captação de recursos de curto prazo para equalização do endividamento de curto prazo e suporte dos acionistas quando necessário.

Em 23/01/2019, houve uma reestruturação administrativa em todo o grupo Procable, acionista de 80% na TP AE e em deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) no dia 11 de janeiro de 2019, o Sr Fumitaka Nishimura renunciou ao cargo de Diretor-Presidente de ambas as companhias – Procable e TP AE.

Desde então, iniciou-se em verdadeiro esforço conjunto de seus dois sócios – Procable e CEEE GT, deliberações para a eleição de sua nova diretoria e conselheiros.

Nas deliberações datadas de 23 de janeiro de 2019 em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) restou aprovado a substituição integral dos membros do Conselho de Administração da TP AE, que passou a ser composta pelos Srs. Akihide Hashimoto, Masataka Mito e Leandro Inácio Rippel para os cargos de Presidente do Conselho de Administração e membros efetivos do Conselho de Administração, respectivamente.

Não obstante, o novo Conselho de Administração deliberou, em reunião no dia 28 de janeiro de 2019, pela destituição da Sra. Diana Sanea Kubota do cargo de Diretora da companhia e eleição dos Srs. Akihide Hashimoto para o cargo de Diretor Presidente, Leandro da Silva Pereira para o cargo de Diretor e aprovação da indicação do Sr. Yasou Takeuchi, também, para o cargo de Diretor. Após os procedimentos de praxe, os documentos foram protocolados junto a Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS) sob os nºs 19/073.936-3 e 19/079.739-8, respectivamente, para seu efetivo registro público.

Porém, conforme amplamente noticiado, a JUCERGS está com defasagem de profissionais responsáveis pela prévia solicitação de documentos das sociedades anônimas e da indefinição sobre a composição do colégio de vogais do órgão, obtivemos o retorno dos dois protocolos com exigência e estamos providenciando o quanto antes a entrada dos documentos junto a JUCERGS.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Resolução Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC).

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores em milhares de reais)

2.2. Base de mensuração

As estimativas financeiras envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, pois representa as condições principais de operação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.5. Autorização e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 22 de abril de 2019.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores em milhares de reais)

3.1. Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração: a Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações contábeis quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

a) Classificação: a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) Mantidos até o vencimento; e (iii) Empréstimos e recebíveis:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo;

- **Empréstimos e recebíveis:** são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

b) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de "impairment" para esses instrumentos financeiros.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

3.1 Ativo de Contrato

As concessões da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Ativo de contrato é um direito da Companhia à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente. Se a Companhia concluir o desempenho por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes, que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar o contrato como ativo de contrato, excluindo quaisquer valores apresentados como recebível. A Companhia deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9/CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do IFRS 9/CPC 48.

Neste contexto, os valores divulgados como ativo financeiro, que representam obras ainda em construção, passam a ser divulgados a partir de dezembro de 2018 como ativo de contrato. As Informações Trimestrais – ITRs divulgados ao longo de 2018 ainda observados os conceitos anteriores serão reapresentadas para fins de comparação quando da emissão das Informações Trimestrais dos respectivos trimestres do exercício de 2019.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (“impairment”). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Com a adoção do CPC 47, a Companhia deixou de registrar o ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com a legislação tributária em vigor, por meio do regime de apuração do lucro presumido correspondente a 8% e 12% da receita bruta para imposto de renda e contribuição social, respectivamente. A alíquota do imposto de renda calculado é de 15% e 10% para o adicional sobre lucro que exceder a quantia de R\$ 60 (sessenta mil reais) por trimestre e 9% para a contribuição social.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

3.6 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7 Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre a Companhia e seus acionistas são atualizados pelos encargos contratados. As transações de compras e vendas de produtos e contratação de serviços são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

3.8 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.8.1 Receita de transmissão de energia elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de construção de infraestrutura;
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão.

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção;
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos e pelo regime de competência.

Os custos dos empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.10 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

b) Momento de reconhecimento do ativo de concessão

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

c) Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

d) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 R1 (IAS 11) e CPC 30 R1 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura acrescido de determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

e) Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

3.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas da IFRS

A partir de 1º de janeiro de 2018 novas normas internacionais deverão ser implementadas sobre as demonstrações financeiras, com base no IFRS 9 e IFRS 15 editados pelo IASB.

A companhia não adotou estas novas normas na preparação destas demonstrações financeiras de forma antecipada e apenas está em processo de verificação da adequação dos procedimentos internos de mensuração e receitas e análise de risco dos ativos financeiros.

a) Classificação de Ativos Financeiros

A norma IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados, suas características de fluxo de caixa e o grau de risco incorporado ao seu rendimento ou valorização.

A norma IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39/CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

b) Redução do valor recuperável (impairment) – Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A norma IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras, visto que ainda não possui um histórico de perdas relevantes com clientes a receber, como também pelo histórico do comportamento das receitas no setor de atuação.

c) Passivos financeiros

A norma IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

d) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido; (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores em milhares de reais)

e) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

A norma IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

f) Receita de operação e manutenção

Corresponde a um percentual do faturamento da RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção que visam evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado.

g) Receita de construção

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A receita de construção também é parte da RAP e a margem adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

h) Transição

Na adoção do CPC 47, a Companhia aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 5, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implementação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 76.912, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 85.163. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$ 1.034 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados.

A adoção do CPC 47 gerou impacto no balanço patrimonial e demonstração de resultado da Companhia demonstrado a seguir:

Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

	Antes dos efeitos 31/12/2018	Impactos da adoção CPC 47	Apresentado 31/12/2018
Balanco Patrimonial			
Ativo			
Ativo de concessão – financeiro	74.795	(74.795)	-
Ativo de concessão – contratual	-	85.163	85.163
Outros ativos circulantes	199	367	566
Outros ativos não impactados	7.197	-	7.197
Total do ativo	82.191	10.735	96.296
Passivo e Patrimônio líquido			
Obrigações tributárias	1.385	(11)	1.374
Tributos Diferidos	3.534	8.417	11.951
Passivos não impactados	63.475	-	63.475
Total do Passivo	68.394	8.406	76.800
Patrimônio líquido			
Capital social	20.350	-	20.350
Prejuízos acumulados	(6.683)	(1.034)	(7.717)
Resultado do exercício	130	3.363	3.493
Total do Patrimônio líquido	13.797	2.329	16.126
Total do Passivo e Patrimônio líquido	82.191	10.735	96.296
Demonstração do resultado			
Receita de O&M	1.694	(250)	1.444
Rendimento sobre ativo de concessão financeiro	6.417	(6.417)	-
Rendimento sobre ativo de concessão contratual	-	9.144	9.144
Provisão de performance	-	1.769	1.769
(-) Deduções	(2.052)	-	(2.052)
Receita operacional líquida	6.059	4.246	10.305
Custo e demais despesas e receitas	(5.721)	-	(5.721)
Resultado antes do imposto de renda	338	4.246	4.854
Impostos de renda e contribuição social	(208)	(883)	(1.091)
Lucro líquido do exercício	130	3.363	3.493

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e saldos em conta corrente bancária	1.998	1.674
Aplicações financeiras	4.236	832
	6.234	2.506

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

5. Ativo de concessão

O contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União - Poder Concedente e a TPAE regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela empresa, e estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica CPC 01 - Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Receita de construção (infraestrutura) da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da TPAE é, ou será, recuperada por meio do fluxo de caixa da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão.

Apresentamos a seguir a movimentação do ativo financeiro no exercício de 2017:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	87.636
(+/-) Receita (despesa) de remuneração dos ativos da concessão	6.506
(+) Receita Operação e Manutenção (O&M)	3.420
(-) Faturamento da receita anual permitida (RAP)	<u>(20.650)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	76.912

A partir de 1º de janeiro de 2018, o ativo financeiro passou a ser classificado como ativo de concessão, sendo os ajustes demonstrados conforme movimentação abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	76.912
(+) Mudança política contábil	6.121
(+/-) Receita (despesa) de remuneração dos ativos da concessão	9.144
(+) Receita Operação e Manutenção (O&M)	1.444
(-) Faturamento da receita anual permitida (RAP)	<u>(10.227)</u>
(+) Provisão de performance (a)	1.769
Saldo em 31 de dezembro de 2018	85.163
Ativo de concessão amortizável - circulante	1.764
Ativo de concessão amortizável - não circulante	77.392
Ativo de concessão indenizável - circulante	<u>6.007</u>
	<u>85.163</u>

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

Em 02 de dezembro de 2013, por meio Carta ONS e Termo de liberação definitivo para operação integrada à Rede Básica do Sistema Integrado Nacional (SIN), a Companhia iniciou suas operações em 22 de novembro de 2013.

Em fevereiro de 2014 houve a unitização do ativo imobilizado, que consiste em cadastrar fisicamente todos os bens da Companhia segundo a Resolução Normativa nº 367/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), levando-se em conta principalmente os Tipos de Unidades de Cadastro (TUCs), as Unidades de Adições e Retiradas (UARs) e os demais atributos, e apropriá-los devido os lançamentos contábeis, este controle atende as demonstrações contábeis regulatórias.

(a) Diferença apurada entre a RAP homologada pela ANEEL e montante efetivamente recebido. Estas diferenças ocorrem conforme ajustes efetuados pela ONS.

6. Contas a receber de concessionárias

	2018			2017		
	Saldos vincendos	Saldos vencidos	Total	Saldos vincendos	Saldos vencidos	Total
Encargos de uso da transmissão faturados	775	82	857	2.201	99	2.300
RAP de períodos anteriores	-	-	-	5.581	-	5.581
	<u>775</u>	<u>82</u>	<u>857</u>	<u>2.201</u>	<u>99</u>	<u>7.881</u>

7. Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas são compostos por valores a receber e a pagar com as empresas que fazem parte do quadro societário desta Empresa:

	2018	2017
Ativo não circulante		
CEEE-D	106	134
	<u>106</u>	<u>134</u>
Passivo circulante		
Procable Energia e Telecomunicações S.A. (*)	45.193	49.705
CEEE-GT	341	231
	<u>45.534</u>	<u>49.936</u>

(*) do saldo apresentando:

(a) o montante de R\$ 22.684 (R\$ 22.462 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato de empreitada global para implantação da linha transmissão, firmado em 01 de setembro de 2009, entre a Companhia e a controladora Procable, o respectivo valor encontra-se inadimplente, e até 31 de dezembro de 2014 o saldo era corrigido a taxa de juros 1% a.m.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

mais a variação do IGPM, em 01 de janeiro de 2015 aditaram o contrato alterando as condições de remuneração, e a partir desta data incidirão sobre o saldo da dívida juros de 0,5% a.m. No contrato não informa as condições de amortização;

b) R\$ 21.668 (R\$ 26.402 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à movimentação financeira efetuada entre as empresas do grupo que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso. Até 31 de dezembro de 2014 o saldo era corrigido a taxa de juros 1% a.m. mais a variação da CDI, em 01 de janeiro de 2015 aditaram o contrato alterando as condições de remuneração, e a partir desta data incidirão sobre o saldo da dívida juros de 0,5% a.m. Não há prazos de vencimento para esta dívida.

8. Obrigações tributárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRRF sobre mútuo	926	-
COFINS Parcelamento	837	1.161
PIS Parcelamento	160	223
COFINS	49	130
PIS	11	29
Outros impostos	3	3
	<u>1.986</u>	<u>1.546</u>
Circulante	1.374	548
Não circulante	612	998

9. Empréstimos e financiamentos

9.1. Composição

As operações de financiamento estão relacionadas a contratos de empréstimos, conforme composição a seguir:

			<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa efetiva anual</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Moeda nacional				
Capital de giro – CDI	Jan/26	11,34%	14.614	16.570
Fiança Bancária	Set/20	10,00%	2.386	2.218
			<u>17.000</u>	<u>18.788</u>

A operação de financiamento do BNDES destina-se a implantação da linha de transmissão da TP AE, com extensão aproximada de 11 km na Cidade de Porto Alegre, conforme objeto de Contrato de Concessão nº 019/2009 – ANEEL. O valor total do crédito é de R\$ 26.950 e

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

o prazo de pagamento é de 14 anos, vencendo-se a 1ª prestação em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de janeiro de 2026.

Em julho de 2013 foi autorizado pelo Banco do Estado do Rio Grande Sul S.A. (Banrisul) o crédito de US\$ 1.322 mil (equivalente a R\$ 2.928), o valor principal do financiamento terá data de vencimento para o pagamento em 17 de janeiro de 2014 estando sujeito à incidência de juros de 4,7% ao ano. Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato a ProCable Energia e Telecomunicações S.A. é denominada fiadora.

9.2. Amortização da dívida

A seguir demonstramos o vencimento das parcelas do financiamento (principal e encargos):

Vencimento	2018
2019	3.495
2020	2.939
2021	2.141
2022	2.063
Acima de 2022	6.362
	17.000

9.3. Covenants

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não atendeu o Índice de Capital Próprio (ICP) determinado nas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES e não obteve em tempo hábil a anuência da respectiva instituição, em consequência deste fato as parcelas cujos vencimentos eram de longo prazo foram reclassificados para o circulante no montante de R\$ 14.614.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social autorizado é de R\$ 20.350, representado por 20.350.000 ações nominativas no valor unitário de R\$ 1,00, como segue:

	2018 e 2017		
	Quantidade de quotas	Capital social	% participação
Procable (*)	16.280.000	16.280	80,00%
CEEE-GT (**)	4.070.000	4.070	20,00%
	20.350.000	20.350	100,00%

(*) Procable Energia e Telecomunicações S.A.

(**) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes está assim demonstrada:

Natureza	2018		2017	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Base de cálculo até dez/2017	10.898	10.898	-	-
Receita de transmissão até 2017	(22.738)	(22.738)	-	-
Exclusão receita financeira até 2017 - mudança CPC 47	43.783	43.783	-	-
Exclusão receita financeira 2018	9.144	9.144	-	-
Adição média da receita financeira do contrato - 2018	(5.936)	(5.936)	-	-
Receita de transmissão	-	-	16.890	16.890
Receita de operação e manutenção (O&M)	-	-	(8.895)	(8.895)
Receita de operação e manutenção (O&M)	-	-	1.473	1.473
Depreciação	-	-	2.933	2.933
Adição da receita na apuração do LALUR	-	-	(1.503)	(1.503)
Base de cálculo dos impostos diferidos	35.151	35.151	10.898	10.898
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos passivo não circulante	8.787	3.164	2.724	981

12. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita de remuneração dos ativos da concessão	9.144	6.506
Receita de operação e manutenção (O&M)	1.444	3.420
Provisão de performance	1.769	-
Impostos sobre a receita	(1.462)	(1.394)
Encargos regulamentares	(590)	(501)
	10.305	8.031

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores em milhares de reais)

13. Custos operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos com prestadores de serviços	(352)	(124)
Mensalidade O.N.S	(13)	(12)
Custo de construção/ (infraestrutura)	(49)	-
	<u>(414)</u>	<u>(136)</u>

14. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é composto por rendimentos de aplicações financeiras e despesas financeiras de banco e atualizações de contas a pagar.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	63	-
Juros e multas recebidos	9	7
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(3)	-
	<u>69</u>	<u>7</u>
Despesas financeiras		
Multa e juros s/ operações com partes relacionadas	(1.587)	(4.277)
Multas contratuais fiança bancária	-	(3.420)
Juros e multas sobre operações financeiras	(2.124)	(1.713)
Fiança bancária	(531)	(416)
Despesas bancárias	(59)	(56)
IOF	(329)	(21)
Variação cambial	-	-
Outros	(13)	-
	<u>(4.463)</u>	<u>(9.903)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.574)</u>	<u>(9.896)</u>

15. Cobertura de seguros

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não renovou os seus seguros. Em 29/03/2019 a TPAE renovou com a empresa FairFax Brasil Seguros Cooperativos S.A. até 29/03/2020.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	2018		2017	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	6.234	6.234	2.506	2.506
Ativo de concessão	Valor justo por meio do resultado	85.163	85.163	-	-
Ativo financeiro	Valor justo por meio do resultado	-	-	76.912	76.912
Contas a receber - concessionárias	Valor justo por meio do resultado	857	857	7.881	7.881
Partes relacionadas	Valor justo por meio do resultado	106	106	134	134
	Categoria	2018		2017	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	11	11	29	29
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	17.000	17.000	18.788	18.788
Partes relacionadas	Custo amortizado	45.534	45.534	49.936	49.936

b. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

c. Valor justo

O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

17. Fatores de Riscos

(a) Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes de contas a receber de concessionárias e permissionárias, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo:

- (i) Contas a receber de concessionárias e permissionárias: a Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados à rede básica.
- (ii) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo: risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

(b) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

(c) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(d) Riscos de mercado

- (i) Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais)

possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos partes relacionadas:

(ii) Risco de preço: As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada cinco anos, limitada a três revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

(e) Risco de regulamentação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia, assim como nas demais companhias de transmissão.

(f) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem um contrato de financiamento, com cláusulas restritivas “covenants” normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas não foram atendidas e limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

* * *